

Para Almino, mandato de Sarney acaba em 89

São Paulo — Embora o "Centrao" esteja apoiando a emenda que propõe um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, ele deverá permanecer no cargo mesmo até 1989, quando em março deverá passá-lo para o político que for eleito em novembro de 1988. A opinião é do governador em exercício Almino Afonso, ao explicar que o mandato de quatro anos para Sarney "resultou muito mais de um estado de espírito da população do que uma resultante política comandada por lideranças que tenham querido prejudicar o presidente José Sarney". Por este motivo, Almino Afonso considera "muito difícil" haver uma alteração na proposta da Comissão de Sistematização, "que espelhou uma realidade verificada em toda a parte do País".

Por outro lado, embora favorável ao parecer da Comissão de Sistematização, de implantação do regime parlamentarista no Brasil, Almino Afonso considera "no mínimo temerário" que isso venha a ocorrer ainda no governo de José Sarney: "Por isso, faço votos que o bom senso prevaleça. A implantação do parlamentarismo agora, seria no mínimo, imprudente, pois levaria a um impasse similar ao ocorrido no período de Goulart. Como cidadão, sou pelo sistema

parlamentarista e gostaria de vê-lo definido a partir da próxima eleição presidencial".

Construção

Apesar de não dar muito crédito às declarações atribuídas ao senador Fernando Henrique Cardoso, que estaria disposto a deixar o PMDB, uma vez que o partido está muito parecido com a antiga Arena, Almino Afonso comentou: "Cabe ao senador explicar suas declarações. Da minha parte não vejo isso e acho uma injustiça

política comparar o PMDB à antiga Arena. Se é que ele disse isso. Mas não vejo maior problema com o PMDB. Acho que as diferenças de posição que se refletiram sobretudo nos debates da Constituinte seriam inevitáveis. O PMDB foi uma grande frente política e social de resistência ao regime autoritário. Em relação aos grandes temas nacionais, o PMDB é um partido em construção, como os outros também são".

De qualquer forma Almino Afonso considera essencial um entendimento na Constituinte a partir de posições aceitáveis por todos os setores da sociedade e não como imposição de opiniões isoladas: "Tenho esperanças que o bom senso prevaleça. Seria um absurdo que, depois de 21 anos de regime autoritário, dificultássemos a restauração democrática, por falta de um entendimento mais amplo para a elaboração da Constituição. Acredito que as lideranças vão procurar um termo médio para que isso ocorra com rapidez. A Constituição não pode ser algo que se imponha de um grupo sobre outro. Ela deve ser uma resultante que, se não nos leva a consenso, nos leve a algo aceitável por todos os setores da sociedade".

Como exemplo, Almino mencionou a questão da reforma agrária, que ele considera "uma necessidade" para o País: "Sei que um dos impasses é o problema da desapropriação ou não de terras produtivas. Parece evidente que, na etapa atual, quando ainda sobram tantos latifúndios improdutivos, é um absurdo querer pretender que a reforma agrária abranja terras produtivas, aí está um ponto que deve ser objeto de transigência, sem com isso prejudicar a proposição da reforma agrária".